

## **Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR**

**Local: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU**

**Data: 28 de fevereiro de 2013**

**Horário: 10 às 13 h**

A Reunião Ordinária do COMPUR de 28 de fevereiro de 2013 teve com tema:

Estudo Comparativo do Uso do Solo 2009, 2010 e 2011.

Palestrantes: Luiz Roberto Arueira da Silva e Fabrício Marini Fusco – IPP/DIC

Conselheiros: Titulares e Suplentes: Marco Antonio Barbosa (SENGE); Armando Ivo de Carvalho Abreu e Ângela Botelho (SEAERJ); David Cardeman (ADEMI); Roberto Kauffmann (FIRJAN); Sergio de Gouvêa Conde Calda e Eduardo Ferreira Rebuszi (ACRJ); Magno Nunes da Silva (CML); Regina Chiaradia (FAM-Rio); João Carlos Barbosa Brasil (FAFERJ); M<sup>a</sup> Teresa Quiroga Pereira Dias e Marcelo Pereira Quadros (SMO); Cristina Barreto (SMH); Claudia Alves de Oliveira (PGM); Paulo Fernando Cavallieri e Marco Zambelli (IPP); Helena Rego e Aida Billwiller (SMU).

Participantes: Pablo Benetti (UFRJ/IPPUR); Isabel H.M. de Araújo, Alexandre Ribeiro, Christiane Oliveira, Alice de Freitas, Felipe Siqueira, Luiz Eduardo dos Santos, Eugênia Loureiro, Bruna Miceli e Maria Alice M. Souza (SMU/CGPU); João Eustáquio, Erich Nenartavis e Isabela Lobato (SMAC); Rachel Fares (ALERJ); Sidney Menezes (FPJ); Leila Menna Barreto (PGM); Vera Maurity (Rio livre de helicópteros s/lei); Cíntia Oliveira; Ana Paula P. da Silva (IPP); Antonio Correia, Solange Cintra, Lucia Quadra, Tomaz Ribeiro, Ricardo Ferraz, Marcos Santos, Carla Hermann e Cristina Micaelo (SMU/CAU).

A reunião foi aberta pela Gerente de Projetos do CAU, Solange Cintra, informando que a Secretária Municipal de Urbanismo, Maria Madalena Saint Martin e o Coordenador do CAU, Antonio Correia, chegariam atrasados porque estavam em uma reunião com o Prefeito.

Luiz Roberto Arueira falou sobre a metodologia do estudo e apresentou Fabrício M. Fusco para expor o tema.

À seguir destacamos os seguintes pontos da apresentação:

Este trabalho considerou uso do solo como a utilização predominante das ocupações físicas identificadas nas ortofotos. O enfoque se deu especialmente nos aspectos urbanos do Município. Possui metodologia própria para classificação de usos, urbanos ou não. Esta classificação não busca adequar-se a critérios mais específicos que podem ser adotados por outras Secretarias.

Os critérios de mapeamento seguiram a classificação de uso e cobertura do solo da Cidade do Rio de Janeiro, realizadas a partir da interpretação das ortofotos em 1:10.000, em conjunto com experiências acumuladas em trabalho de campo e vistorias.

Considerou-se o mapeamento com 16 classes (subdivididas em 24), organizadas em dois grupos: áreas urbanizadas e áreas não urbanizadas, cujo processo de interpretação definiu o uso ou cobertura do solo predominante e área mínima de aproximadamente 1

hectare (10.000m<sup>2</sup>).

As áreas e as análises comparativas referem-se às ocupações horizontais – adensamento vertical não constam desta análise.

Grupo de áreas urbanizadas:

- Áreas residenciais - uso predominante residencial, incluindo-se ruas, avenidas, estradas, canteiros.
- Áreas não edificadas - áreas inseridas na malha urbana, compreendendo grandes espaços vazios ou subutilizados.
- Áreas institucionais e de infraestrutura pública - áreas e equipamentos ocupados pela administração pública, instituições governamentais, de pesquisa, religiosas, militares, prestadores de serviços públicos.
- Áreas de comércio e serviços - áreas de uso predominante comercial e/ou de serviços.
- Áreas de lazer - áreas destinadas ao lazer, contemplativo, esportivo e cultural.
- Áreas de educação e saúde – áreas ocupadas por instituições de ensino e equipamentos de saúde.
- Áreas industriais - áreas ocupadas por grandes equipamentos e distritos industriais.
- Áreas de transportes - Áreas ocupadas por grandes equipamentos de transporte
- Áreas de exploração mineral - áreas de exploração mineral, em atividade ou não.

Grupo não urbanizadas:

- Mata (cobertura vegetal arbórea e arbustiva) – floresta (ombrófila); restinga e mangue (formações pioneiras); capoeira em diferentes estágios (vegetação secundária) e reflorestamentos.
- Campo (cobertura vegetal gramíneo-lenhosa) – áreas com vegetação rasteira, graminóides, situadas em planícies ou encostas, utilizadas ou não para atividades pastoris.
- Áreas agrícolas – áreas ocupadas por atividades agrícolas, incluindo horticulturas, fruticulturas etc.
- Afloramentos rochosos e depósitos sedimentares – áreas cobertas por afloramento rochoso natural (escarpas, pontões, costões, matacões), e as ocupadas por areais, incluindo praias.
- Corpos hídricos – áreas formadas por águas continentais e ambientes estuarinos, lagoas, rios, canais, açudes e represas.
- Áreas sujeitas à inundação - áreas ocupadas por brejos, baixios, com a vegetação característica desses ambientes.

Principais resultados das análises:

Analisando os mapas e os quadros de áreas comparativos percebeu-se que o uso “áreas não edificadas” representou uma massiva parcela do incremento das áreas urbanizadas no anos de 2009-2010-2011 (principalmente no período 2010-2011), assim como diversas áreas se tornaram “não edificadas”, outras deixaram de ser. A maioria destes locais se converteu em “áreas residenciais”. Identificou-se também o registro de “áreas de comércio e serviços”, onde podemos destacar a construção do Cargo Park em Cordovil como um grande contribuinte.

Ainda em termos de distribuição espacial das ocorrências, notou-se que sua concentração se deu nas APs 4 e 5, onde se destaca a abertura do corredor Transoeste e a construção de um grande conjunto de depósitos no limite entre Santa Cruz e Paciência.

O trabalho poderá desenvolver desdobramentos para organização dos dados por limites administrativos (bairro, R.A.) ou geográficos (bacias hidrográficas); identificação de possíveis frentes de expansão urbana, vazios urbanos e/ou áreas subutilizadas, desmatamentos em áreas protegidas, como unidades de conservação e margens de rios, ocupações em áreas de alta declividade.

Durante a apresentação foram realizadas algumas intervenções que não foram identificadas por não terem sido faladas ao microfone.

Cristina Barreto (SMH) parabenizou o trabalho realizado e sugeriu que a classificação fosse mais clara, mais legível, exemplificando a categoria de áreas não edificadas que hoje estariam como vazios ou áreas verdes, mas que daqui a alguns anos aumentariam a categoria de áreas edificadas sendo necessária uma explicação por parte do poder público de como se haveria “perdido” tanta área verde na cidade. Colocou a SMH a disposição para contribuir com o trabalho se fosse necessário.

Marco Antônio (SENGE) criticou a ausência da Secretária de Urbanismo por entender que perde a formalidade do COMPUR. Ressaltou que o Conselho precisa fazer uma reflexão na sua atuação e organização. Criticou o fato de não poder analisar alguns estudos, como o apresentado, com mais profundidade. Considerou que as áreas militares são muitas e que deveriam ser áreas da cidade. Explicou que gostaria de fazer sugestões, mas que seriam inconsistentes pelo desconhecimento do assunto e que o ideal seria a formação de câmaras técnicas para debater esses assuntos em detalhes.

Cristina Micaelo justificou a ausência da Secretária e ressaltou que os conselheiros podem formar grupos de estudo ou câmaras técnicas sempre que julgarem necessário e colocou as instalações do CAU a disposição dos conselheiros.

Cláudia Alves (PGM) falou que os conceitos técnicos têm as suas especificidades dentro das diversas áreas do conhecimento, mas utilizamos dessas diversas áreas dentro da sua própria área de atuação, então é necessário que isso seja muito claro. A nossa responsabilidade é muito grande porque o município tem mais acesso as informações de uma forma detalhada e, portanto, somos a base de estudos de outras pessoas. Reafirmou que é preciso ter uma clareza muito grande tanto na coleta dos dados quanto nos conceitos utilizados. Ficou confusa com a apresentação por não ter um conhecimento mais aprofundado no assunto. Ficou com a impressão que se tinha um levantamento quase visual da massa ocupada da cidade e dentro dessa massa alguns usos resultando em uma grande dúvida de como diferenciar um galpão de uso industrial com o de serviço. Destacou que é importante saber qual o objetivo do trabalho para que ele possa ser utilizado de forma adequada.

Eugenia Loureiro (SMU) achou o trabalho do IPP muito bom, destacando que é um avanço na prefeitura o levantamento com uso das imagens de satélite, com uma análise anual, para a produção do conhecimento predominando o conhecimento do planejamento urbano e do urbanismo, fazendo com que os conceitos de outras matérias não sejam coincidentes, como por exemplo da área jurídica, o que não quer dizer que a classificação não possa ser sempre melhorada. A escala da imagem de satélite, por ser muito grande faz com que os detalhes não apareçam, mas é possível fazendo um zoom se observar mais de perto e identificar os pormenores. Achou importante o trabalho por ser o início de um processo para produção do conhecimento.

Fernando Cavallieri do IPP concordou com a fala da Eugênia e acrescentou que todo o

processo de conhecimento produz efeitos que considera sempre positivos mesmo que existam ações do Ministério Público contra a PCRJ porque se é real e verdadeiro o conhecimento apresentado há que se ter responsabilidade sobre a situação. O pior seria não se ter a informação, os dados, o conhecimento. Há que se ter diálogo para que sejam realizadas as ações em benefício da cidade.

Cláudia Alves pediu a palavra mais uma vez para dizer que talvez não tivesse havido compreensão na sua fala e que considerou o estudo muito bom e que os técnicos da prefeitura são de um nível técnico excelente. Lembrou apenas que os trabalhos quando são publicados deixam de ser internos, tendo vida própria, podendo ser interpretados e utilizados de forma incorreta pelo público com desconhecimento do assunto. Quanto a questão do envolvimento dos diversos técnicos, acredita que planejamento urbano não é alvo somente de arquiteto urbanista, existindo outros profissionais, economistas, sociólogos, advogados, engenheiros, geógrafos, que também são planejadores urbanos e que por isso acha importante que o planejamento urbano seja realizado por uma entidade / instituto, como por exemplo o IPP, que englobe todos esses profissionais, agregando todo esse conhecimento, diferentemente do que vem ocorrendo no Rio aonde a SMU capitaneia essa ação por exercer atividades de estudos nas áreas de planejamento da cidade com vistas as legislações.

Armando Abreu da SEAERJ, arquiteto e urbanista aposentado da PCRJ, considerou o trabalho confuso pela mistura de área urbanizada com área edificada, com área livre e com área verde, criando dúvidas por exemplo se a floresta da Tijuca seria livre ou urbanizada, ou se o Parque do Flamengo, seria livre ou urbanizado, a favela é não livre, ocupada, mas não urbanizada, de acordo com o que é considerado urbanizada, dotada de infraestrutura para ser habitada. Discorreu sobre a função do COMPUR defendendo que ele permaneça consultivo. Concordou com Cláudia Alves no que diz respeito ao planejamento urbano não ser prerrogativa de arquitetos urbanistas e sim fruto de um trabalho de equipe multidisciplinar e que o COMPUR por ser um órgão representativo de várias entidades pode colaborar mais com a prefeitura no planejamento da cidade. Citou os diversos projetos que vem sendo realizados pela PCRJ, como a derrubada da Perimetral, a reforma da Marina da Glória e outros que deveriam ser discutidos e analisados pelo COMPUR, assim como as linhas de BRTs, que deveriam ser metro para atender um volume maior de usuários.

Pablo, professor da UFRJ, colocou que acha fundamental a produção de dados para que seja possível se analisar as tendências. Como várias pessoas tiveram a mesma sensação e dúvidas sobre o mesmo assunto, considerou que deve-se levar em consideração no trabalho um esclarecimento quanto as categorias de classificação. Questionou sobre o número apresentado para o crescimento de áreas urbanizadas que trariam uma grande preocupação para o futuro próximo da cidade pela expansão horizontal e não o adensamento vertical preconizado pelo urbanismo. Reforçou o que o Armando colocou que o COMPUR deva ter um papel consultivo pautando os assuntos que possam colaborar com a cidade.

Arueira do IPP informou que o objetivo do trabalho é servir de instrumento para que seja possível monitorar o uso e ocupação do solo na cidade do RJ, com foco nas áreas urbanas. A SMAC tem um trabalho para áreas florestadas e por isso este trabalho não se preocupa com essas áreas. Colocou que toda crítica é bem vinda e acredita que houve uma falha na didática da apresentação por ter havido tantas dúvidas. Informou que toda metodologia, além do resultado do trabalho está publicado e disponível no site do IPP / armazém de dados. Quanto ao planejamento urbano concordou que deva ser uma

questão multidisciplinar.

Zambelli agradeceu as críticas, elogios e sugestões que serão refletidas e incorporadas ao trabalho. Comunicou que um novo mapeamento da cidade está sendo realizado pelo IPP. São 650 km, atualizando um mapeamento que já tem 15 anos.

Cláudia Alves perguntou o que o COMPUR fará com este estudo, se fará alguma sugestão, análise, relatório, ou vai apenas ter ciência do estudo.

Regina Chiaradia da FamRio louvou que os colegas tenham lembrado da época que o COMPUR se caracterizava por realizar reuniões montadas em camaras técnicas produzindo muitos trabalhos que trouxeram excelentes resultados para a cidade. Sugeriu que se fizesse uma reunião específica para formatar o COMPUR que os conselheiros gostariam que existisse.

Marco Antônio do SENGE, ressaltou a importância dos diversos trabalhos que os técnicos da PCRJ vem realizando, mas criticou que o COMPUR apenas tem ouvido e assistido as apresentações e que deveria ter uma participação mais colaborativa na elaboração desses estudos e trabalhos.

Cristina Barreto sugeriu que se formassem as camaras técnicas para debater e produzir um parecer sobre os assuntos da atualidade para ser entregue a Secretária de Urbanismo.

Cláudia Alves sugeriu que na próxima reunião se formasse uma camara técnica para análise do estudo apresentado, não para criticar mas para observar e analisar os resultados dele.

Antônio Correia considerou o debate ocorrido na reunião muito importante, não só a discussão sobre o tema apresentado mas fundamentalmente sobre as atribuições do COMPUR e informou que apresentaria a Secretária as sugestões e solicitações e informou que a ideia é que este ano as reuniões do COMPUR sejam de discussão em cima de temas de planejamento para a cidade, sendo um conselho mais pro ativo e menos contemplativo.

Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.